TRIBUNA PARLAMENTAR

Informativo da Assembléia Legislativa de Pernambuco – Ano II – nº 14 – Setembro de 2002

FERNANDO FERREIRA

De olho nas eleições 2002



A pouco mais de um mês das eleições, o jornal Tribuna Parlamentar presta um serviço sobre o pleito que vai definir, entre outros, a nova composição da Assembléia Legislativa.

Págs. 3 a 5

Ícones têm mais dois livros

BRENO LAPROVITERA



Os jornalistas Alexandre Figueirôa e Jamildo Melo entregaram mais dois volumes da Série Ícones Pernambucano, abordando os temas teatro e artesanato (foto).

Pág. 08

Ivete Sangalo recebe título

FERNANDO FERREIRA



A cantora baiana Ivete Sangalo recebeu o título de Cidadã de Pernambuco. O requerimento foi feito pelo deputado João Negromonte (PMDB).

Pág. 08

EDITORIAL

Processo de mudança

Na busca de aperfeiçoar o sistema eleitoral, os partidos políticos e a sociedade vêm lutando por reformas políticas. Elas visam fortalecer o caráter didático e pedagógico do processo eleitoral, de sorte que sejam reflexo da vontade da maioria, do exercício do voto. Nesse sentido, o Legislativo tem contribuído com projetos, sugestões, que o Judiciário cuida de interpretar, fixar regras, consagrando o esforço para garantir a prevalência da voz do povo nas urnas, no silêncio da sua decisão consciente.

Assim, as mudanças são instrumentos de avanço no exercício da cidadania, na defesa das liberdades, mobilizando a sociedade para participar da disputa. Essa participação, portanto, ajuda a aprofundar o debate, as críticas e sugestões ligados ao desenvolvimento, à justiça social, às questões éticas. Nesse campo, as exigências de aperfeiçoamento do processo político, que tem de avançar e superar as falhas do modelo eleitoral, na teoria e na prática.

Essa perspectiva, sem dúvida, deve marcar a campanha eleitoral deste ano, a ação dos partidos e das organizações da sociedade. É um pleito com inovações, restrições na propaganda, no sistema de coligações, sendo que esta última medida implica dificuldades em relação ao processo anterior, mas não impede a livre manifestação do voto, o exercício da vontade popular. Ao final, sem dúvida, será um teste para a reforma política, para os objetivos de buscar o aperfeiçoamento do processo político, fortalecer a imagem dos partidos e dos políticos.

Os seus resultados, portanto, devem reforçar a posição crítica do Legislativo sobre o sistema eleitoral, as campanhas, com questionamentos e sugestões. Até porque é papel do Parlamento analisar tais aspectos, lutar por transformações, combater a influência do poder econômico, o uso da maquina administrativa, as manobras que desfiguram o processo eleitoral.

É natural essa postura, pois o Legislativo, poder mais próximo e sob pressão constante da sociedade, mantém sintonia com as queixas e reivindicações da maioria. Daí a evidência de que as eleições deste ano, as mudanças no sistema são parte do mecanismo democrático, da força da representação popular. Assim, a tarefa dos partidos, dos políticos e da sociedade é lutar para que haja avanços, garantia das liberdades e do bem-estar da maioria.

Não há recuos, nem vacilação, pois o Legislativo é instrumento da vontade da popular, do sentimento da maioria, que expressa em cada pleito sua crença na democracia e com seu voto enriquece a mobilização eleitoral, a disputa civilizada, enfim, a arma maior da cidadania. Dessa forma, a Assembléia Legislativa atua para consolidar as mudanças no processo eleitoral, respeitar as decisões da justiça, conviver com a nova realidade, que pode ser um passo para aperfeiçoar o sistema eleitoral, sem prejuízo de novas medidas que possam contribuir para tornar a disputa política, as campanhas e eleições um modelo mais realista e expressão legítima dos anseios da maioria.

EXPEDIENTE

O Jornal Tribuna Parlamentar é uma publicação de responsabilidade do **Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa - Divisão de Imprensa**.

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Romário Dias; **1º Vice-Presidente**, Deputado Afonso Ferraz; **2º Vice-Presidente**, Deputado André Campos; **1º Secretário**, Deputado João Negromonte; **2º Secretário**, Deputado Antônio Mariano; **3º Secretário**, Deputado Manoel Ferreira; **4º Secretário**, Deputado Jorge Gomes. **Diretora do Departamento de Comunicação Social,** Christianne Alcântara **Chefe da Divisão de Imprensa:** Marconi Glauco. **Editora:** Ana Lúcia Lins. **Redatores:** Marconi Glauco, Nagib Jorge Neto, Natália Tavares, Pedro Marins. **Estagiários:** Fernanda Rodrigues e Pedro Saldanha. **Revisão:** Cláudia Lucena e Marconi Glauco. **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão. **Fotógrafos:** Breno Laprovitera, Fernando Ferreira, Moisés Barbosa e Roberto Soares.

Endereço: Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, 631 – Recife-PE. Fone: 3217-2368/3221-9375. Fax 3221-9357. PABX 3217-2211. **E-mail:** *dimprensa@alepe.pe.gov.br*

Nosso endereço na Internet *http://www.alepe.pe.gov.br*

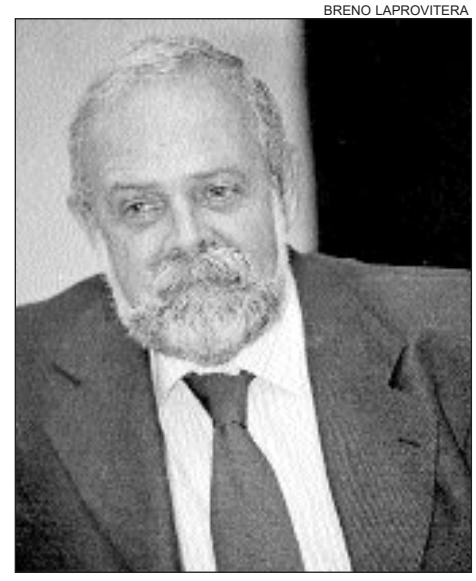
ARTIGO

Criação de municípios

*Ulisses Tenório **

A Comissão de Negócios Municipais (CNM), no cumprimento de uma das suas atribuições regimentais exclusivas, tem dedicado especial atenção ao tema criação de municípios através da emancipação de distritos. O assunto é controverso e a sua discussão ascendeu ao Congresso Nacional configurando-se uma propensão, por parte dessa instância, de assumir o papel, até então confiado aos Estados, de legislar sobre o que se refere à criação, anexação, fusão e ao desmembramento de municípios.

BRENO LAPROVITERA



Ao longo dos últimos dois anos, a CNM, através da nossa presidência, tem desenvolvido um intenso trabalho no sentido de estabelecer uma nova legislação que regulamente a criação de municípios. A legislação vigente remonta ao primeiro qüinqüênio da década de 90, tendo se tornado anacrônica em razão das profundas mudanças verificadas no perfil socioeconômico do País no fim da referida década. Entretanto, é consensual a defesa do direito à emancipação de distritos no seio da Comissão, como é também dominante a conscientização da necessidade da manutenção da prerrogativa das casas legislativas estaduais de legiferar a matéria.

A tarefa assumida pela Comissão não tem sido fácil. Um óbice que tem se mostrado, pelo menos temporariamente, irremovível à criação de municípios é a falta de regulamentação, através de lei complementar federal, conforme reza a Emenda Constitucional nº 15 (de 12 de setembro de 1996), que modifica o parágrafo 4º do Art. 18 da CF. Decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal declaram "a impossibilidade da criação, da incorporação da fusão e do desdobramento antes da edição da Lei Complementar Federal a que se refere o Art. 18, parágrafo 4o. da Constituição Federal".

A despeito dessa situação, foram submetidos à apreciação e seguem a tramitação normal na CNM 32 projetos de lei, referentes a emancipações de distritos, e o Projeto de Lei nº 948/2001, que pretende modificar a legislação vigente sobre a criação de municípios.

Com a finalidade de obter subsídios para a consecução dos objetivos propostos, foi efetuado um levantamento completo de toda a legislação federal atinente ao assunto e das legislações da maioria dos Estados da Federação. Vale ressaltar a participação de representantes da CNM em discussões no Congresso Nacional e em reuniões da União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE) que enfocaram o referido tema.

Contando com a importante contribuição de um grupo técnico constituído por profissionais atuantes em diferentes áreas relacionadas às questões municipais, a Comissão elaborou um substitutivo ao Projeto de Lei nº 948/2001, que se encontra em fase de discussão final. Integraram esse grupo técnico de trabalho representantes da Associação Municipalista de Pernambuco, da Fundação de Desenvolvimento Municipal, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da Procuradoria Geral da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, do Tribunal Regional Eleitoral e da União dos Vereadores de Pernambuco.

Com a apresentação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 948/2001, a Comissão de Negócios Municipais deverá concluir essa fase de trabalhos, permanecendo, porém, atenta à evolução de possíveis modificações na legislação pertinente na esfera federal.

** Presidente da Comissão de Negócios Municipais*

DEMOCRACIA

Eleições definem quadro da Alepe

Pleito elegerá novo presidente da República, governadores, senadores, deputados federais e estaduais

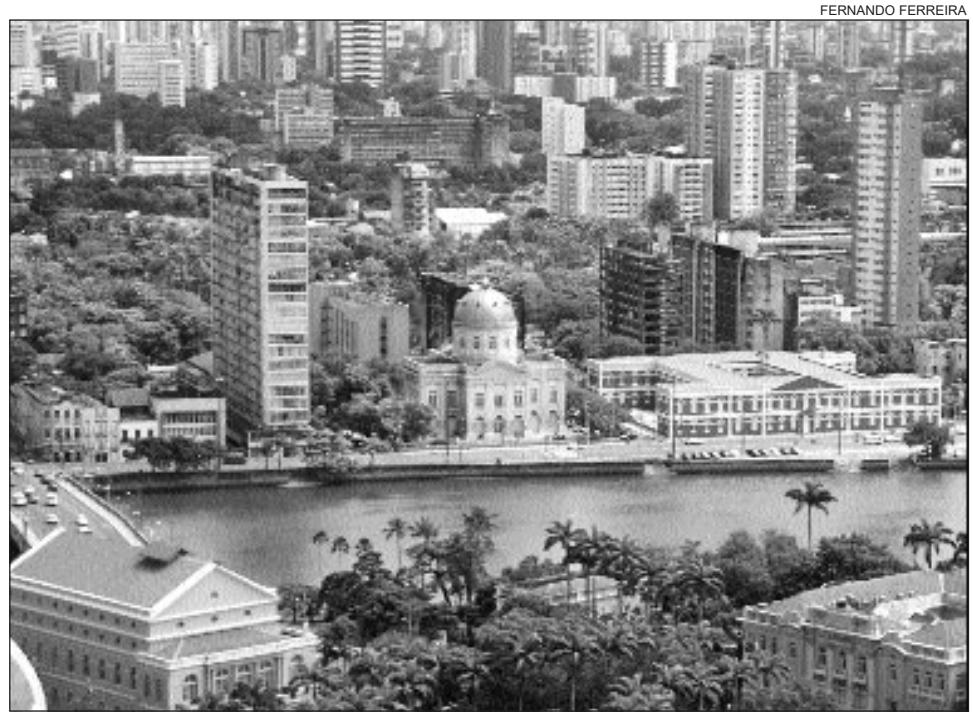
Nas eleições gerais do próximo dia 6 de outubro, além de escolher o futuro presidente da República, o governador do Estado, dois senadores e os 25 deputados federais, os 5.396.667 eleitores pernambucanos terão a oportunidade de definir os 49 integrantes da Assembléia Legislativa (Alepe). Com a missão constitucional de elaborar as leis estaduais e de fiscalizar o uso dos recursos públicos, os deputados estaduais têm o compromisso de garantir as condições necessárias para o funcionamento harmônico dos três poderes, que devem trabalhar visando ao desenvolvimento de Pernambuco.

O interesse dos cidadãos pelas vagas no Legislativo Estadual pode ser medido pela inscrição inicial no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de 606 candidatos.O número é 59,89% superior ao registrado nas eleições de 1998 (379 concorrentes) e 121,97% maior do que em 1994, quando 273 pessoas disputaram o pleito.

Pernambuco tem a sétima maior Assembléia Legislativa do Brasil, mas, em termos de concorrência, está em terceiro lugar, com 12,36 candidatos por vaga. Só fica atrás do Rio de Janeiro (19,02 inscritos por vaga) e de São Paulo, com 16,18. A concorrência diminuiu um pouco em razão das impugnações dos registros dos candidatos. Em Pernambuco, 74 não conseguiram confirmar suas inscrições ou desistiram. Restaram, oficialmente, 532 candidatos. Os números dos Estados citados na comparação não tinham sido concluídos até o fechamento desta edição.

Vinculados a grandes ou pequenos partidos, os candidatos se lançam na difícil tarefa de chegar à Casa Joaquim Nabuco ou projetar seus nomes para as próximas eleições. O acirramento da disputa, com aumento da concorrência, e os custos da campanha são dois dos maiores responsáveis pelo alto índice de renovação.

FERNANDO FERREIRA



A Assembléia de Pernambuco (c) tem 12,36 candidatos para cada vaga

Nas últimas eleições para deputado estadual, em 1998, 26 parlamentares não conseguiram se reeleger, o que significou uma renovação de 53%. Esse percentual também se deve à eleição de cinco deputados estaduais para a Câmara Federal e ao fato de outros dois terem sido indicados para o Tribunal de Contas do Estado (TCE). Para este ano, as projeções de parlamentares, candidatos e analistas políticos apontam para índice igual ou ligeiramente superior.

Antes mesmo de 6 de outubro, já estão "abertas" dez vagas. Seis deputados, todos governistas, desistiram de concorrer à reeleição: Antônio Mariano (PFL), Gilberto Marques Paulo (PSDB), Hélio Urquisa (PMDB), José Marcos (PFL), Orisvaldo Inácio (PMDB) e Sérgio Pinho Alves (PSDB). Três, todos oposicionistas, são candidatos à Câmara Federal: Carlos Lapa (PSB), Jorge Gomes (PSB) e Paulo Rubem Santiago (PT). E a líder do Governo, Teresa Duere (PFL), foi escolhida para ocupar a vaga de conselheira do TCE, aberta com a aposentadoria de Ruy Lins.

PERSPECTIVAS ELEITORAIS - Seis coligações e sete partidos estão no páreo para garantir vagas na Alepe (confira a relação de todos no quadro ao lado). O chapão governista (União por Pernambuco), formado pelos quatro maiores partidos do Estado: PFL e PSDB (cada um com dez parlamentares), PMDB (com nove) e PPB (com quatro), que, juntos, têm hoje 33 deputados, deve continuar com a maioria das cadeiras.

O Tribuna Parlamentar colheu as projeções eleitorais de 20 cidadãos com experiência eleitoral, entre deputados, técnicos legislativos e jornalistas, e divulga a média desses palpites. Pelo resultado obtido, o chapão deverá eleger entre 23 e 26 deputados. A Frente Trabalhista (PDT, PTB e PSL) tem grandes chances de manter sua representação de cinco deputados ou eleger mais um.

A Frente Estadual de Esquerda (PT, PCdoB, PL, PCB e PMN), com quatro integrantes do Legislativo, pode garantir de cinco a seis vagas. A Frente Popular das Oposições, que possui três parlamentares (todos do PSB) e tem também os pequenos partidos (PRTB, PTdoB e PRP), deve ampliar o quadro para quatro ou cinco deputados. Atualmente com dois representantes na Alepe, sendo um do PSDC e outro do PPS, a Frente Social pelas Mudanças, integrada ainda pelo PHS, também deve manter as duas cadeiras ou assegurar a terceira. A coligação Democracia Verde, formada pelo PV (com um deputado) e o PSD, deve eleger de três a quatro deputados.

Dos seis partidos que concorrem isolados, o PTN (com um deputado), o PSC e o PAN têm chances de eleger quadros para a Alepe. O PSC pode garantir até três parlamentares.

COLIGAÇÕES	PARTIDOS (Nº DE DEPUTADOS)	TOTAL	PROJEÇÃO MIN. - MÁX
União por Pernambuco	PFL (10), PSDB (10), PMDB (09), PPB (04)	33	23 - 26
Frente Trabalhista	PDT (02), PTB (02), PSL (01)	05	5-6
Frente Estadual.de Esquerda	PT (02) , PCdoB (01), PL (01), PCB, PMN	04	5-6
Frente Popular das Oposições	PSB (03), PRTB, PTdoB, PRP	03	4-5
Frente Social das Mudanças	PSDC (01), PPS (01), PHS	02	2-3
Democracia Verde	PV (01), PSD	01	3-4
	PTN (1)	01	0-1
	PSC	-----	2-3
	PAN	-----	0-1

Outros part*idos que concorrem isolados e que não têm representantes na Alepe:* PSTU, PGT, PCO e PST

Obs: As projeções dos eleitos por coligação ou partido são resultado da média das opiniões de 20 políticos, técnicos e jornalistas.

Casa mantém compromisso com trabalhos

Apesar da proximidade com as eleições de 6 de outubro, a Assembléia Legislativa retomou suas atividades parlamentares com o compromisso de manter a análise, o debate e as votações dos projetos, emendas, requerimentos e indicações. O objetivo do presidente da Casa, Romário Dias (PFL), é "garantir a governabilidade", permitindo que as matérias importantes para a administração estadual e o desenvolvimento de Pernambuco não deixem de ser apreciadas.

A Mesa Diretora da Casa sugeriu que as votações fossem realizadas nas reuniões plenárias das terças e quartas-feiras, mantendo os encontros das segundas-feiras para homenagens e solenidades especiais. A proposta foi discutida e aceita pelos líderes dos partidos e já está em vigor. As reuniões das 12 Comissões Temáticas Permanentes continuarão sendo realizadas, prioritariamente, das terças às quintas-feiras.

Entenda o processo do voto proporcional

As eleições para escolha de todos os parlamentares brasileiros, incluindo os deputados estaduais, ocorrem através do sistema proporcional. O modelo leva em consideração não apenas os votos nominais recebidos por cada candidato mas também as indicações dadas às legendas. Até a aprovação da Lei Eleitoral 9.504/97, ainda entravam nesta contabilidade os votos em branco.

Diferentemente das eleições majoritárias (para presidente, governadores, prefeitos e senadores), em que vencem, necessariamente, os candidatos mais votados, a definição dos parlamentares (deputados federais e estaduais e vereadores) se dá através do cálculo do quociente eleitoral e, em seguida, o quociente partidário.

Esse processo é defendido por analistas políticos como um meio para garantir a ascensão de pequenos partidos ou coligações. Porém, surgem muitas críticas e cobranças por uma reforma partidária e eleitoral, já que poucos são os candidatos que recebem votos suficientes para se eleger sem a ajuda dos votos dados aos seus companheiros. Em 1998, por exemplo, apenas três dos 25 deputados federais conseguiram atingir o quociente partidário. Na Assembléia Legislativa, mesmo com surpreendentes 50.833 votos, o atual prefeito do Recife, João Paulo (PT), que foi o mais votado em 1998, não atingiu o quociente de 60.600 votos. Todos precisaram dos votos dos companheiros de partido ou coligação.

Entenda o processo com a transcrição de trechos do Código Eleitoral e leis complementares e aprenda a calcular os quocientes eleitoral e partidário.

Código Eleitoral

Art. 106 - Determina-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral (estado ou município), desprezada a fração, se igual ou inferior a meio, equivalente a um, se superior.

Exemplo: *Se foram computados 3,1 milhões de votos válidos (menos brancos e nulos) divide-se este número por 49, que é a quantidade de deputados da Alepe e chega-se a um quociente eleitoral de 63.265 votos.*

Art. 107 - Determina-se para cada partido ou coligação o quociente partidário, dividindo-se pelo quociente eleitoral o número de votos válidos dados sob a mesma legenda ou coligação de legendas, desprezada a fração.

Exemplo: *Se a coligação X obteve 220 mil votos válidos e mais 70 mil votos de legenda, terá um quociente partidário de 4,58, o que lhe dará direito a garantir, inicialmente, quatro vagas de deputado. Os eleitos são os quatro mais votados, independentemente de terem menos votos do que concorrentes de partidos ou coligações que não atingiram o quociente eleitoral, que neste exemplo foi de 63.265.*

Art. 109 - Os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários serão distribuídos mediante observância das seguintes regras:

I- Dividir-se-á o número de votos válidos atribuídos a cada partido ou coligação de partido pelo número de lugares por eles obtidos, mais um, cabendo ao partido ou coligação que apresentar a melhor média um dos lugares a preencher;

II- Repetir-se-á a operação para a distribuição de cada um dos lugares;

Exemplo: *Os votos válidos da coligação X (220 mil) serão divididos por 5, resultados das quatro vagas já asseguradas mais um. Logo, a média de X é de 44 mil. X ficaria com a vaga se as concorrentes Y, Z e W obtiverem médias menores. O processo é repetido até preencher todas as vagas.*

OBS: Em caso de empate, o candidato mais idoso é o eleito (Art. 110), e, se não for atingido o quociente eleitoral, serão eleitos os mais votados, como numa eleição majoritária (Art. 111).

Deputado de tentar a

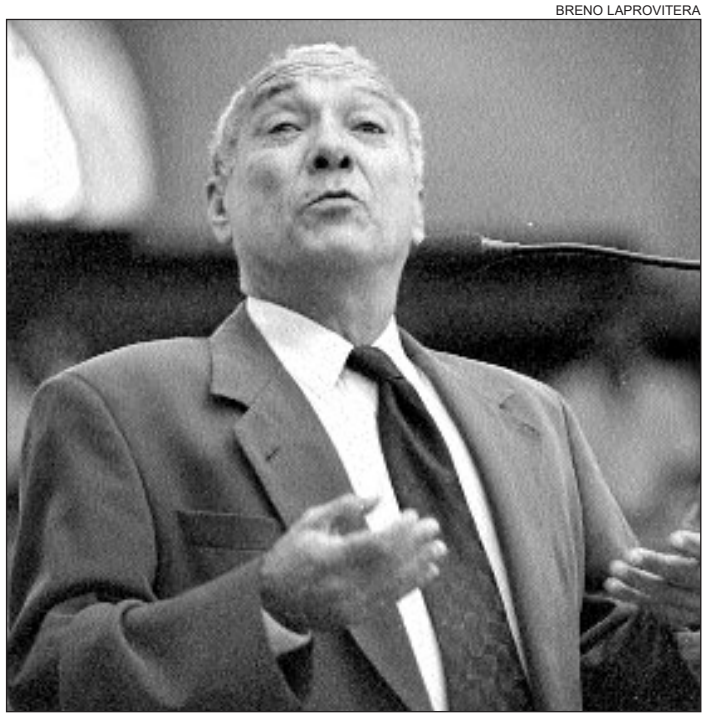
Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral, 532 candidatos no Estado concorrem às 49 vagas disponíveis. A renovação dos quadros da Assembléia Legislativa deve ser expressiva. Dos atuais 49 parlamentares, apenas dez não são candidatos à reeleição.

Dos dez que estão fora da disputa, um se afasta do cenário político por um motivo pouco convencional: desilusão. É o ex-prefeito do Recife e deputado por dois mandatos, Gilberto Marques Paulo (PSDB). "Concorri duas vezes à Assembléia Legislativa e estou no término do segundo mandato. Em razão, todavia, da hipertrofia do Executivo em todas as esferas de poder, sinto-me impotente para colaborar, como gostaria, com o crescimento de Pernambuco, pois os parlamentares ficam isolados na elaboração das propostas, sem qualquer ingerência na formulação das macrodecisões", justificou o deputado.

Três parlamentares concorrem a vagas na Câmara Federal: Carlos Lapa (PSB), Jorge Gomes (PSB) e Paulo Rubem Santiago (PT).

Já o deputado Hélio Urquisa (PMDB) desistiu de concorrer à reeleição em favor da candidatura de sua esposa, a ex-prefeita de Olinda Jacilda Urquisa (PMDB). "Houve um chamado da

BRENO LAPROVITERA



Marques Paulo desiludiu-se com limitações do Legislativo



Orisvaldo Inácio alega que

Curiosidades que marc

*688 cidadãos tornaram-se deputados estaduais por Pernambuco em 168 anos do Parlamento.

*599 cidadãos foram deputados no século XX.

* O historiador Pereira da Costa foi o primeiro deputado do século XX, eleito em 1900.

*A Assembléia Legislativa está concluindo a 14º Legislatura (quatro anos de mandato) desde a redemocratização de 1946.

*Apenas nove mulheres ocuparam vagas de deputado estadual em toda a história. A primeira foi Adalgisa Cavalcanti, eleita pelo PCB, em 1946.

*O número de deputados estaduais é definido pela Constituição Federal no seu Art.27- O número de de sembléia Legi derá ao triplo do Estado na putados e, ati de 36, será ac quantos forem derais acima nambuco tem derais, valem

s desistem a reeleição

população de Olinda para que Jacilda saísse candidata, como uma forma de se redimir pelo fato de ela não ter sido reeleita à prefeitura, em 2000. Não pretendo me afastar definitivamente da vida pública e entendo que não é apenas com um mandato que podemos servir à população", resumiu o parlamentar.

Vítima de um grave acidente automobilístico, no ano passado, o deputado Orisvaldo Inácio (PMDB) também resolveu se afastar da política, mas em definitivo. "Duas questões fizeram com que eu tomasse essa decisão. Uma, a saúde, e outra, a econômica. A cada ano, as campanhas ficam mais caras, e eu não tenho condições financeiras para investir. Além disso, depois do acidente, vi que é importante dedicar mais tempo a minha vida", explicou.

O deputado Sérgio Pinho Alves (PSDB), que também desistiu da reeleição, tem planos a longo prazo. Pinho Alves vai se dedicar exclusivamente a sua candidatura a prefeito de Paulista, daqui a dois anos, município administrado por seu pai. "Esse é um passo decisivo para dar continuidade à história política de meu pai e é prioridade para as pessoas que me acompanham e para os eleitores que esperam que a gente retorne ao poder municipal", concluiu.

ARQUIVO



tões de saúde e econômica

FERNANDO FERREIRA



Sérgio Pinho Alves: planos para as eleições municipais

aram a história da Casa

eputados da Assativa correspona representação Câmara dos Degindo o número escido de tantos os deputados fe- 12. Como Per- 5 deputados fe- 36 do limite da regra mais os 13, o que é igual a 49.

* O deputado mais novo foi José Mendonça Filho (atual vice-governador), eleito em 1986, aos 20 anos.

* Com 40 anos de atividades parlamentares, Felipe Coelho é o campeão de mandatos, com 10 consecutivos. Pereira da Costa teve sete mandatos seguidos

* Por imposição do Regime Militar, o deputado Ênio Guerra renunciou ao cargo de presidente em 1973, para não ser cassado. O seu "pecado" foi ter recebido na Assembléia o então Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, opositor dos governos militares.

Jornalistas fazem previsões para eleições na AL

Com a aproximação das eleições do dia 6 de outubro, surgem expectativas a respeito do percentual de reeleição na Assembléia Legislativa de Pernambuco. Dos 49 deputados estaduais que compõem a casa, dez descartaram a possibilidade de disputar um novo mandato, sendo três dos desistentes candidatos a deputado federal. Quem fica e quem sai? Essa resposta só as urnas podem dar, mas é possível fazer uma previsão. Para saber qual a expectativa de renovação na Casa, o Tribuna Parlamentar ouviu os editores de política dos principais jornais de Pernambuco.

Para o editor da Folha de Pernambuco, Ricardo Dantas Barreto, a renovação deve ficar em torno de 45%. “À medida que vai se renovando a Assembléia, a cada legislatura, vai chegando gente nova, oxigenando o ambiente, os debates, favorecendo, assim, a democracia", diz.

Editores de política especulam sobre o índice de renovação na Assembléia Legislativa

Ele ainda constata que a desistência de dez deputados, somando-se mais uns sete, “provavelmente sem chances de continuar exercendo seus cargos”, além da possibilidade de outras surpresas, deve provocar uma rejeição em torno de 36%.

Ricardo Dantas Barreto considera a renovação “saudável e necessária”, levando ao Parlamento mudanças significativas para a democracia.

“A união dos partidos políticos influencia muito numa disputa eleitoral”, constata, por sua vez, o editor de política do Jornal do Commercio, Ciro Rocha. A partir da avaliação das principais coligações partidárias existentes na Assembléia, ele chega ao cálculo de uma renovação entre 48 e 50%. "O governador Jarbas Vasconcelos tem uma boa representação na Assembléia e, se continuar subindo nas pesquisas para reeleição, os candidatos ligados a sua bancada têm boas chances de continuar exercendo suas atividades", diz Rocha.

A equipe de política do Diário de Pernambuco, liderada pelo editor César Rocha, prevê uma renovação na composição da Assembléia superior a 40%, podendo chegar a 50%. "Esses são números baseados em projeções que vêm sendo feitas pelos partidos políticos e lideranças das principais coligações em disputa nesta eleição", afirma César Rocha.

Os partidos políticos levam em consideração diversos fatores para avaliar seus desempenhos eleitorais. Com os deputados concorrentes à reeleição, leva-se em conta a votação obtida anteriormente. E, ainda, observam-se quantos e quais são os apoios recebidos pelos candidados, se de prefeitos, vereadores ou líderes comunitários.

César Rocha destaca, como fundamental, a própria renovação legislativa, e não apenas os números. "A chegada de novos parlamentares à Casa representa parte da essência da democracia", diz. Ele observa a alternância de poder como estimuladora para o surgimento de novas lideranças políticas em Pernambuco, provocando um reequilíbrio de forças na sociedade.

A opinião dos três editores refletem uma sintonia nas previsões. Na eleição passada (1998), o percentual fixou-se em 53%. E, de acordo com as expectativas para o próximo pleito, ficará dentro da mesma média.

TECNOLOGIA

Casa otimiza telecomunicações

Um moderno sistema de telefonia foi implantado na Assembléia Legislativa. Apesar dos inúmeros benefícios que trouxe, o novo sistema ainda passa despercebido à maioria dos funcionários da Casa. A principal mudança é que o novo modelo adotado liga a Alepe a todas as operadoras de telefonia de forma independente, diminuindo os custos, já que as operadoras passam a trabalhar sem depender uma da outra e concorrendo internamente para oferecer melhores preços e serviços.

Para que isso seja possível, a central telefônica dispõe de um equipamento que identifica qual a operadora solicitada e faz a ligação usando uma linha da mesma empresa. Assim, houve uma redução de 30% nas despesas com ligações, o que representa, aproximadamente, uma economia de R$ 480 mil por ano. Tudo isso foi realizado a custo zero. "As operadoras bancaram a implantação do programa devido à concorrência interna", explicou o chefe da Divisão de Telecomunicações, Luís Leudo.

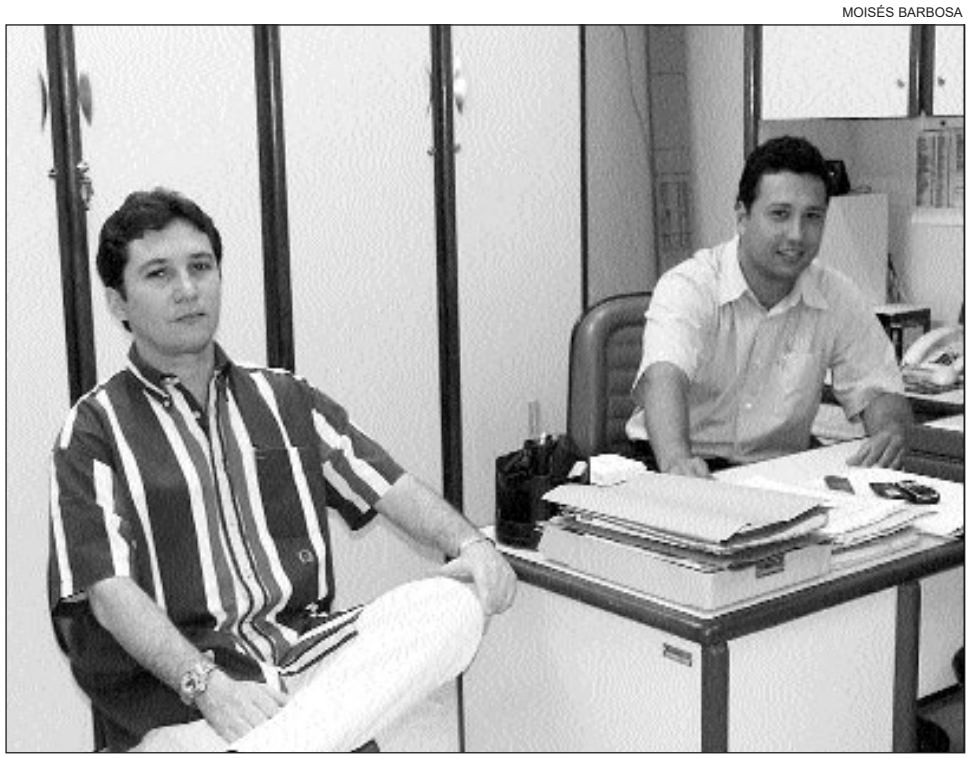
Central telefônica e câmeras de segurança são alguns dos serviços prestados pela Divisão

Essa central telefônica é gerenciada por computador, o que possibilita a disponibilização das contas com as chamadas especificadas, de acordo com o ramal gerador da ligação. A tarifação de todos os ramais é computada, e o sistema bloqueia a realização de chamadas do tipo 0900 e 145. "Isso só é possível porque utilizamos o sistema digital", explicou Leudo. Até o final do ano, todos os gabinetes terão três ramais e uma linha direta (atualmente, são dois e uma linha direta) e um aparelho de fax instalado na linha direta. As contas dos ramais e telefones fixos dos gabinetes são pagas pelos parlamentares.

Outra novidade para os funcionários da Casa foi um convênio firmado entre a Assembléia e uma operadora de telefonia celular. O primeiro-secretário, deputado João Negromonte (PMDB), convidou as operadoras de telefonia celular que operam no Estado para firmar o convênio, intermediado pela Casa, entre a operadora e os funcionários.

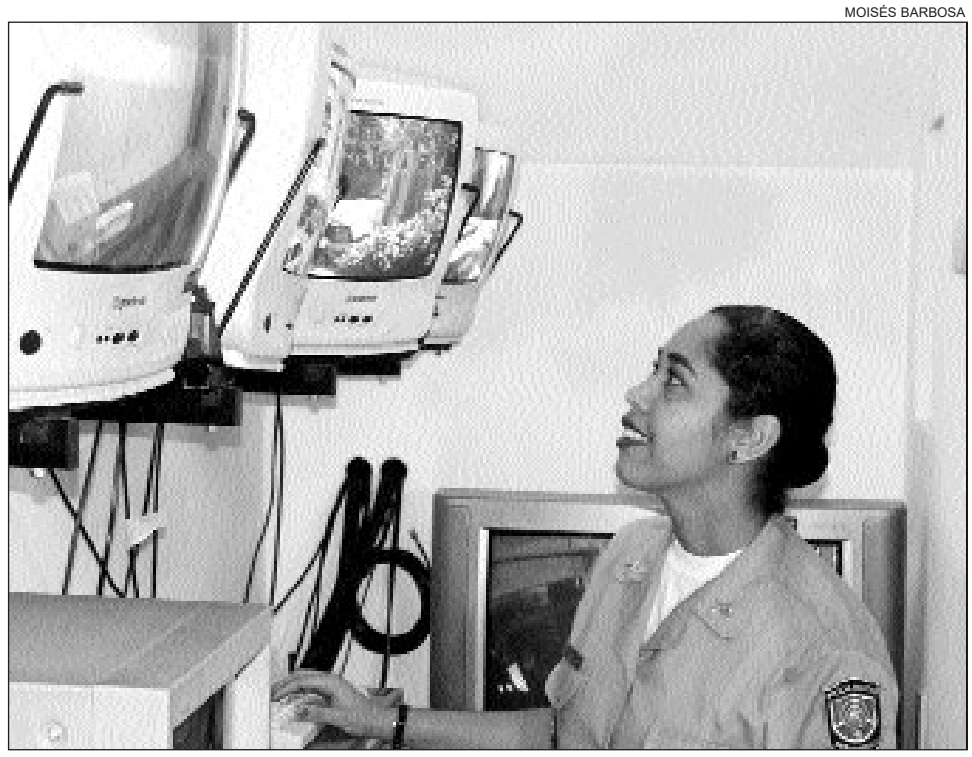
Foram realizados estudos de mercado para escolher a companhia que disponibilizaria os serviços. Os critérios utilizados na seleção foram menor preço das tarifas e maior área de cobertura. Até o momento, mais de 500 aparelhos foram disponibilizados aos funcionários pela empresa selecionada, com uma redução nas tarifas telefônicas que varia de 50 a 60%. A aquisição do aparelho é feita sem ônus para o funcionário ou a Casa, no sistema de comodato, cujo prazo é de 12 meses. Todas as contas são deduzidas dos contracheques dos funcionários, sem custo para a Assembléia.

MOISÉS BARBOSA



Luís Leudo (d) e Jaime Paiva (e) destacam a economia com novo sistema

MOISÉS BARBOSA



O sistema de segurança é composto por câmeras e sala de monitoramento

ESTRUTURA - Toda a comunicação interna e externa da Assembléia, na qual são utilizados telefones convencionais, celulares e fax, é realizada por uma central telefônica. Além disso, o prédio principal e os anexos contam com 36 câmeras, que funcionam 24 horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados, a fim de garantir a segurança de funcionários, deputados e visitantes. Ao todo, dez funcionários trabalham na Divisão, incluindo as quatro telefonistas, que se revezam em turnos de seis horas, das 7 às 20h, de segunda a sexta-feira. O serviço de fax é oferecido aos gabinetes e setor administrativo, tanto para o recebimento quanto para o envio.

O trabalho de conservação dos equipamentos é feito por funcionários do Setor de Manutenção. Os técnicos realizam manutenções corretivas e, desde a implantação do Programa de Qualidade Total, executam, mensalmente, um trabalho preventivo para evitar problemas futuros.

Com a posse da atual Mesa Diretora, foram implantados dois serviços básicos. Um deles é o sistema de segurança eletrônica, que dispõe de câmeras fixas e móveis e uma sala de monitoramento. As imagens dos corredores, setores, pátio externo e Plenário são gravadas e arquivadas na Assistência Policial Militar. Além disso, todas as entradas dos prédios principal e anexos são monitoradas e interligadas num mesmo sistema.

Durante o processo de licitação para escolha da empresa que implantaria o programa, foi incluído um item que exige da firma contratada a realização de manutenção preventiva semanal nas câmeras, a fim de evitar problemas que venham a parar o sistema.

PLANOS FUTUROS - De acordo com o assessor técnico da Divisão, Jaime Pessoa de Paiva, a Casa está estudando a possibilidade de utilizar uma central virtual, que irá reduzir o custo operacional na implantação de um *call center*. O sistema irá melhorar o trabalho das telefonistas, que contarão com o apoio do Departamento de Informática. "Se um parlamentar ou funcionário precisar de informações sobre um projeto, por exemplo, contacta o *call center,* e a telefonista estará apta a ajudá-lo, pois as informações estarão disponibilizadas no computador e organizadas de forma a facilitar a busca", esclareceu Jaime Paiva. "Trata-se de uma sofisticação e tecnologia a baixo custo, mostrando, mais uma vez, que estamos à frente de outros", afirmou.

CAPACITAÇÃO

Escola do Legislativo entrega certificados

A Escola do Legislativo está comemorando. No mês passado, a instituição entregou 350 certificados de conclusão de cursos de capacitação aos servidores do Poder Legislativo. Esse número, somado aos entregues desde o início deste ano, resulta um total de 418 certificações. Em 2001, foram treinados 543 funcionários. "Atingimos, apenas num semestre, quase o total de certificados entregues no ano passado. É um motivo de alegria e satisfação para todos nós que fazemos a escola", salientou o diretor da instituição, Fabrício Alcoforado.

A Escola do Legislativo também deve receber, este mês, o certificado de qualidade ISO 9002 nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e planejamento estratégico. A escola será a primeira do País a receber essa certificação. "Hoje, já servimos de exemplo para escolas de outros Estados", atestou Alcoforado.

Até o final deste ano, a direção da escola espera ultrapassar o número de certificados entregues no ano passado. Para isso, iniciou, no dia 19 de agosto, 17 novos cursos de capacitação para servidores da Casa - efetivos, comissionados e os que estão à disposição do Legislativo estadual. Direito Administrativo; Informática; Licitações e Contratos; Secretariado Eficiente; Sistema Orçamentário; e Técnica Legislativa são alguns dos cursos iniciados pela escola no mês passado. Todos integram o terceiro Módulo de Treinamento da instituição. Em novembro, deve ser iniciado o quarto e último módulo deste ano. "A expectativa é termos, em relação ao ano passado, um percentual de crescimento no número de servidores treinados pela escola", destacou Alcoforado.

Neste semestre, foram lançados 17 novos cursos de capacitação para os servidores do Poder Legislativo

SOLENIDADE - A entrega dos certificados aos funcionários que participaram dos cursos do 2º módulo, no mês passado, contou com a presença do presidente da Assembléia Legislativa, deputado Romário Dias (PFL), e do presidente da Comissão de Educação e Cultura e idealizador da Escola do Legislativo, deputado Gilberto Marques Paulo (PSDB). "Se nada justificasse minha passagem por esta Casa Legislativa, a simples implementação desta escola já valeu a pena", afirmou Marques Paulo. Emocionado, ele pediu ao presidente da Alepe: "Não deixe a escola acabar!".

FERNANDO FERREIRA



O presidente Romário Dias entregou certificados a concluintes de curso

CONQUISTA

ROBERTO SOARES



Teresa foi eleita para o TCE com apoio dos parlamentares presentes à reunião

Teresa Duere é a primeira mulher conselheira do TCE

Numa iniciativa pioneira, a líder da bancada governista na Alepe, deputada Teresa Duere (PFL), foi eleita para integrar o quadro de conselheiros do Tribunal de Contas do Estado. Ela é a primeira mulher a participar do conselho nos 34 anos da história do TCE e tomou posse no dia 29 de agosto. A indicação foi aprovada por unanimidade dos deputados presentes à reunião.

Na votação, somente o presidente Romário Dias (PFL) e a própria indicada não votaram, o primeiro por só votar em caso de empate. O cargo de líder foi repassado ao deputado Roberto Liberato (PFL).

Teresa Duere assumiu a vaga do conselheiro Ruy Lins de Albuquerque, que pediu aposentadoria. "É com muita emoção e convicta do aumento das minhas responsabilidades, que recebo essa homenagem dos companheiros deputados", agradeceu a parlamentar.

Duere entrou para a história também como a primeira mulher a ocupar a liderança do maior partido na Alepe - o PFL - e, ainda, de uma bancada de Governo. A parlamentar recebeu o Troféu Leão do Norte, concedido pela primeira vez a uma mulher. A homenagem é dada aos deputados que mais contribuíram para Pernambuco.

"O TCE tem técnicos competentes e auditores de alta credibilidade. Vamos, com essa equipe de auxiliares, ajudar a colocar em prática um projeto para que tenhamos condições de minimizar o problema dos gastos públicos indevidos. Isso certamente irá nos mostrar caminhos para a moralidade pública", resaltou. A cadeira deixada por Duere na Assembléia foi ocupada pelo primeiro suplente, Geraldo Barbosa (PSDB).

Jornal on-line está no ar

Rádio Alepe, TV Assembléia, Diário Oficial, Tribuna Parlamentar. Esses são os meios de comunicação que noticiam os fatos e eventos que acontecem na Casa Joaquim Nabuco. Agora, o cidadão tem mais uma opção para ficar por dentro dos trabalhos realizados na Assembléia Legislativa, por meio do Jornal Alepe.

O jornal on-line transmite em tempo real o trabalho das Comissões, do Plenário, dos eventos especiais. Para ter acesso às notícias e reportagens especiais, basta entrar no site www.alepe.pe.gov.br e fazer o seguinte caminho: do lado esquerdo da página, entrar no link "Jornal Legislativo é Notícia". Na próxima página, no Jornal Alepe e, por último, em notícias. O Jornal Alepe está em fase experimental, mas já noticia tudo o que pode ser visto, lido e ouvido nos outros veículos.

HOMENAGEM

Festa de ritmos para a cidadã Ivete

Com uma grande festa de ritmos regionais, a cantora baiana Ivete Sangalo recebeu o título de cidadã pernambucana. O requerimento foi de autoria do deputado e primeiro-secretário, João Negromonte (PMDB). A homenagem, aprovada por unanimidade pelos 49 deputados, foi prestada pela Assembléia Legislativa, no dia 5 de agosto. A cerimônia levou ao Palácio Joaquim Nabuco centenas de fãs e admiradores da cantora, que lotaram as galerias do Plenário e o Salão Nobre do prédio.

O presidente da Casa, deputado Romário Dias (PFL), comandou a solenidade, agradecendo pelo trabalho de divulgação do Estado que a cantora tem feito. "Pernambuco ganha muito em você ser, a partir de agora, nossa conterrânea. Quero destacar não só a sua identidade com a população pernambucana, mas também do Estado com você. Ivete Sangalo é também uma amiga de Pernambuco e tem divulgado, como poucos, o nosso Estado", ressaltou.

FERNANDO FERREIRA



Ivete relatou a Romário (e) e Negromonte (d) o seu amor por Pernambuco

Já o deputado João Negromonte destacou o carinho com o qual a cantora trata Pernambuco. "Quem mais mereceria essa homenagem, senão quem constrói e leva a alegria para o povo? Ainda mais Ivete, que só relaciona a Pernambuco palavras de carinho e amor", afirmou. Sobre a idéia do título, Negromonte destacou: "Estava ao lado do governador e, como cabe à Assembléia a concessão de títulos, fiz a proposta, que é o meu primeiro título de cidadão entregue como deputado".

Emocionada, a cantora agradeceu a homenagem com uma declaração de amor ao Estado. "Realmente tenho um carinho muito grande por Pernambuco desde criança, que não consigo nem explicar. Estudei no Estado e tive uma relação de muito amor com a minha mãe, que era pernambucana. Após a solenidade, a cantora ainda recebeu homenagens do Balé Popular do Recife e do Maracambuco, que se apresentaram no Salão Nobre da AL. Depois, ela retribuiu o carinho, cantando músicas de seu repertório e frevos tradicionais de Pernambuco, como "Voltei Recife".

RECONHECIMENTO

Assembléia homenageia 16 personalidades com medalhas

MOISÉS BARBOSA



Geninha: uma vida dedicada ao teatro

Em mais uma iniciativa de valorização da cultura e da história pernambucana, a Assembléia Legislativa instituiu o título "Expoentes de Pernambuco" para homenagear as personalidades de destaque do Estado. Os 16 nomes escolhidos foram aprovados por unanimidade pelos 49 deputados da Casa. Todos são pessoas com relevantes serviços prestados nas áreas de educação, artes plásticas, cênicas, política, social, entre outras.

Serão homenageados Ariano Suassuna, Franscisco Brennand, Manoel Correia de Andrade, Amaury de Medeiros , Egídio Ferreira Lima, Esther Souto, José do Rêgo Maciel, Maria Margarida Krause Gonçalves de Moura Cavalcanti (dona Sussu), Maria da Dores Muniz, Pelópidas Silveira, padre Ademar da Mota Valença, Ulisses Pinto, Geninha da Rosa Borges, Pinto Ferreira, Cid Sampaio e Anita Moraes, uma das maiores lideranças femininas da história política de Pernambuco.

A idéia da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa é homenagear todas as personalidades ainda em vida. "Normalmente, o reconhecimento dos trabalhos prestados só vem após o falecimento do artista ou político. É importante que essas pessoas recebam um título como esse, ainda em vida, para que possam usufruir da justa homenagem", explica o presidente da Casa, deputado Romário Dias (PFL).

A exceção será o caso do padre Ademar da Mota Valença, que faleceu no mês passado. A família do religioso, no entanto, deve estar presente à cerimônia em que serão entregues as placas de homenagem. As peças são uma obra de arte especialmente produzida para a solenidade. O título "Expoentes de Pernambuco" será concedido exclusivamente pela atual Mesa Diretora às pessoas escolhidas nesta legislatura.

Mais dois Ícones são entregues

A Assembléia Legislativa recebeu, em agosto, a quinta e sexta obras da Coleção Ícones Pernambucanos. O jornalista Alexandre Figueirôa entregou ao presidente da Casa, deputado Romário Dias (PFL), o livro que relata a história do teatro e presta homenagem às figuras notáveis do Estado que compuseram o cenário dessa história. O jornalista Jamildo Melo também entregou o volume sobre os destaques do artesanato nas diversas regiões de Pernambuco.

Depois dos livros de literatura, música, cinema e esportes, escritos respectivamente pelos jornalistas Nagib Jorge Neto, José Teles, Alexandre Figueirôa e Fernando Menezes, está sendo aguardado o que retrata a trajetória das artes plásticas, de autoria do jornalista Paulo Sérgio Scarpa.

A Série Ícones presta uma homenagem aos destaques nas diversas áreas da cultura. Faz parte de um projeto da Mesa Diretora, que visa resgatar a memória dos que marcaram a história do Parlamento e de Pernambuco.